

## GRUPO II - CLASSE I - Plenário

TC-008.959/2009-7

Natureza: Embargos de declaração

Embargantes: Hospfár Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda. (26.921.908/0001-21) e Cairo Alberto de Freitas (216.542.981-15).

Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde/GO.

Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás.

Representação legal: Antônio Augusto Rosa Gilberti, OAB/GO 11.703, Carla Valente Brandão, OAB/GO 13.267, Romildo Olgo Peixoto Júnior, OAB/DF 28.361, Arthur Simas Pinheiro, OAB/DF 48.314, e outros.

SUMÁRIO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS AO ACÓRDÃO 469/2016-PLENÁRIO MANEJADOS POR HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. E CAIRO ALBERTO DE FREITAS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DE MÉRITO DA MATÉRIA E REAVALIAÇÃO DOS FUNDAMENTOS QUE CONDUZIRAM À PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. CONHECIMENTO. REJEIÇÃO. CIÊNCIA.

## RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos ao Acórdão 469/2016-Plenário (peça 69), manejados por Hospfár Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. e Cairo Alberto de Freitas (peças 98 e 104).

2. Por força do supracitado aresto, foram julgadas irregulares as contas de Cairo Alberto de Freitas, ex-Secretário de Estado da Saúde, Antônio Durval de Oliveira Borges, ex-Superintendente de Administração e Finanças de Goiás, Hospfár Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. e Medcommerce - Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., condenando solidariamente os responsáveis ao pagamento do débito especificado no aresto embargado.

3. Quanto aos embargos opostos pela empresa Hospfár Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (peça 104), alega a embargante a ocorrência de omissões, contradições e obscuridades no julgado, falhas essas que ensejariam a reforma da deliberação, razão por que, ao final, requer que sejam conhecidos e acolhidos, atribuindo-lhes efeitos modificativos, com vistas ao afastamento da condenação que lhe foi imposta.

4. Essencialmente, a embargante trata das retenções de créditos efetuadas pela SES/GO, alegando que houve omissão na apreciação das provas colhidas nos autos, uma vez que o Acórdão vergastado, “mesmo tendo reconhecido que houve retenção administrativa de seus créditos, considerou que essas retenções se tornaram insubsistentes”. Manifesta, nesse ponto, seu inconformismo, porque “muito embora a Procuradoria Geral do Estado tivesse condenado a retenção administrativa de créditos promovida pela SES/GO e determinado que a cobrança se desse pelas vias legais, o fato é que até a presente data tais créditos não foram liberados”.

5. Argumenta, ainda, que o Acórdão padece de obscuridade porque se fundamenta em números/preços que não sustentam a acusação da prática de superfaturamento e não considera a realidade de mercado; e de omissão, por não enfrentar os argumentos fáticos suscitados pela embargante e por não ter produzido prova básica de ocorrência de superfaturamento com base nos preços praticados no mercado à época. Segue, questionando a aplicação da alíquota de 17% de ICMS nas notas fiscais, conquanto o correto seria a aplicação da alíquota de 10%, bem como a conduta do

pregoeiro e a exclusão de sua responsabilidade, ressaltando a hipótese de aplicação, no caso, do entendimento esposado no Acórdão 140/2012 - Plenário.

6. No que tange aos embargos declaratórios opostos pelo Sr. Cairo Alberto de Freitas (peça 98), também movidos por representante legal, o embargante, condenado solidariamente ao pagamento do débito apurado, sustenta os embargos ofertados na “necessidade de a decisão embargada ter evidenciado a contribuição e a importância dos atos praticados pelo embargante, então Secretário de Saúde de Goiás, para a consecução do dano apontado”.

7. No mais, tece algumas considerações quanto ao modo com que o pregoeiro conduziu a licitação, bem como sua exclusão do rol dos responsáveis “eximindo-o de qualquer culpa, enquanto a mesma decisão considerou razoável exigir do recorrente, Secretário de Saúde, o domínio de todas as minúcias relativas à forma de pagamento”. Prossegue, aduzindo que “mal foi individualizado o nexo causal entre as suas condutas e o resultado apontado como danoso”. Concluiu o embargante, pugnando pelo acolhimento dos embargos tendo em vista as omissões e contradições alegadas, com vistas à elisão do débito a que foi condenado.

É o relatório.